



Câmara Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS.
PROC.	04/70
Aut. P. Silva

Requerimento

Nº

02/70.

Requeiro a mesa ouvido o plenário, que seja inserido em ata um voto de profundo pesar, e comunicado a família, pelo falecimento da Senhora Coraly Alves da Conceição, residente a rua 15 de Novembro, Distrito do Jardim Belval neste Município, ocorrido no dia 19 pp.

Sala das Sessões, 21 de Janeiro de 1970.

D. Clemente
Diretor Clemente.

666

SECRETARIA

Entrada em 21 / 01 / 1970
Reg. nº 23 / 01 / 70
Aut. P. Silva

João Vitorino da Silva
J. P. Gonçalves



Câmara Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

SENHOR PRESIDENTE.

Considerando que, conforme o estabelecido no, inciso XII, do Artigo 10, da Lei Organica dos Municípios, A Câmara compete entre outras, as seguintes atribuições, tomar e julgar as contas, do Prefeito e da Mesa, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, após o seu recebimento;

Considerando que, através do Ofício enviado aos nobres Vereadores, por éssa DD. Presidência em 19/12/69, convocando-os para sessão extraordinária, a afim de deliberar sobre o parecer, exarado pela primeira Câmara da Secção Municipal do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com relação as contas do Executivo e da Mesa deste Legislativo do Ano de 1967;

Considerando que, durante a Votação do referido parecer, o Vereador Benedito de Oliveira Crudo, solicitou o adiamento da mesma, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, para estudo, das referidas Contas em questão, deixando éssa Presidência de observar e cumprir, com o Artigo 137 e 90, da Resolução N° 01/69 de Dezembro de 1968 o qual vedava, o direito solicitado;

Considerando que, éssa D. D. Presidência, embora protestado por este Vereador, concedeu o referido Adiamento, deixando assim de cumprir com o Parag. I, Artigo 15, da Resolução n° 01/69, e Capitulo II I, Artigo 17 da Lei 9.842 de 19 de Setembro de 1967;

Considerando que, conforme parecer da comissão de Finanças Orçamentos e Contas, que diz em um de seus topicos, (EFETIVAMENTE, COMO JÁ DISSEMOS, AS FALHAS CONTÁBEIS FORAM SANADAS POR DETERMINAÇÃO DO ENTÃO PRESIDENTE....., ENCONTRANDO-SE RIGOROSAMENTE CORRETAS E EM DIA), deduzindo se então de que a mesma, já tivesse sido estudada minuciosamente, não justificando a atitude de solicitar o adiamento, para o referido estudo, e até mesmo a fuga dos membros da



Câmara Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Considerando que, após vencido os 20 (vinte) minutos do adiamento concedido, éssa D. Presidencia deliberou encerrar a sessão, justificando a medida tomada, a falta de quorum para deliberar;

Considerando que, interpelado Regimentalmente por este Vereador, baseado em que Lei tomara aquéla mediada, considerada por mim : arbitrária, limitou-se o mesmo a justificar de que se assim procedia, é- ra baseando-se no Artigo 108, Parag. 2º da Constituição, o qual por mim consultado nada constava que justificasse;

Considerando que, havia numero suficiente, maioria, para de- liberar a materia conforme ~~papitulo~~ IV, Artigo 11, da Lei Nº 9.842 de 19 de Setembro de 1967;

Considerando que, éssa atitude substancial e inegavelmente, veio demonstrar parcialidade e despotismo, denotando interesse escuso;

Considerando que, com esse ato, o Snr. Presidente contrariou frontalmente os dispositivos Legais acima citados, incorrendo em minha opinião, em infração politico administrativa.

Solicito, com base no inciso III, Artigo Nº 4 do Decreto-Lei Nº 201, de 27 de Fevereiro de 1967, que seja a presente denuncia, en- caminhada a quem de direito, para as providencias que se tornarem nece- sarias.

Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 1970.

SECRETARIA

Entrada em 28

Reg. nº 53

L.º

01

01

Pág. 92

Auto Perícia Silva

Dirceu Clemente, - Vereador

Recebi o original as 11/7/70
25 horas da tarde



Câmara Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO:

O dispositivo legal citado pelo Signatário (inciso III do art. 4º do Decreto Lei nº 201/67, além de referir-se, exclusivamente, / aos Prefeitos Municipais, não tem qualquer liggação com os fatos expostos na denúncia.

Dispõe aquele mandamento legal: "São infrações político administrativas dos PREFEITOS MUNICIPAIS sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

III - desatender, sem motivo justo, as convocações ou pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;"

Não há pois qualquer ligação entre os fatos expostos e o dispositivo legal citado.

Assim, na forma do disposto no inciso I do art. 5º do Decreto Lei 201/67, é a denuncia inpeta.

Isto pôsto, com apôio no disposto na art. 95 inciso III do Regimento Interno, deixo de receber o presente proposição.--

Sala das Sessões, 28 de janeiro 1970.--

Adriano Lobo de Sousa

Assinada

SECRETARIA

Entrada em
Reg. n.º

L.º

/ 19
Pág.

DESPACHO:

O dispositivo legal citado pelo Signatário (inciso III do art. 4º do Decreto Lei nº 201/67, além de referir-se, exclusivamente, / aos Prefeitos Municipais, não tem qualquer liggação com os fatos expostos na denúncia.

Dispõe aquele mandamento legal: "São infrações político administrativas dos PREFEITOS MUNICIPAIS sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato;

III - desatender, sem motivo justo, as convocações ou pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;"

Não há pois qualquer ligação entre os fatos expostos e o dispositivo legal citado.

Assim, na forma do disposto no inciso I do art. 5º do Decreto Lei 201/67, é a denuncia inpetra.

Isto pôsto, com apôio no disposto na art. 93 inciso III do Regimento Interno, deixo de receber o presente proposição.-

Sala das Sessões, 28 de janeiro 1970.-

